

Orientador escolar: desafios e resoluções de resolver conflitos no ambiente escolar

School advisor: challenges and resolutions of resolving conflicts in the school environment

Vinicius da Silva Freitas¹
Leandro Pedrazzi Leal²

Resumo: O presente cerne a respeito do papel do Orientador Educacional mediante ao âmbito escolar, o verdadeiro papel do Orientador sua história, a ética profissional e seu papel, em suma, mostrará um pouco do trabalho que se desenvolvido com clareza e seriedade terá um resultado satisfatório no fim do ano. Para a realização deste, optou-se por uma revisão bibliográfica com foco no tema. O mesmo se justifica diante da realidade e a necessidade de se ter um orientador educacional nas escolas, onde o mesmo exerce várias funções importantes. Esse estabelece o objetivo de divulgar a importância do papel do Orientador Educacional dentro da escola, oportunizando que todos sejam beneficiados com um trabalho de extrema necessidade nos dias atuais. O trabalho de um orientador educacional reveste-se de grande importância, complexidade e responsabilidade e, para que seja realizado a contento, exige-se muito desse profissional, não só em termos de formação, de atualização constante e de características de personalidade, como também de comportamento ético.

Palavras-chave: Orientador Educacional. Papel do Orientador. Mediação de conflitos.

Abstract: The present core regarding the role of the Educational Advisor through the school scope, the true role of the Advisor its history, professional ethics and its role, in short, will show a little of the work that if developed with clarity and seriousness will have a satisfactory result in the end of the year. To carry out this, we opted for a bibliographical review focusing on the theme. The same is justified in view of the reality and the need to have an educational advisor in schools, where he performs several important functions. This establishes the objective of publicizing the importance of the role of the Educational Advisor within the school, providing opportunities for everyone to benefit from work that is extremely necessary today. The work of an educational advisor is of great importance, complexity and responsibility and, for it to be carried out satisfactorily, a lot is required of this professional, not only in terms of training, constant updating and personality characteristics, but also of ethical behavior.

Keywords: Educational advisor. Advisor's role. Conflict mediation.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). viniciuscarvalho34@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-2920-3998>.

² Mestrando em Educação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). leandropedrazzileal@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-2626-3605>.



Introdução

A vida atual exige apurados estudos para conduzir a infância, a adolescência e a mocidade à plenitude de suas potencialidades em desenvolvimento. A constante transformação pela qual passa a sociedade contemporânea acompanha, entre outras, as mudanças contínuas no campo da economia e da educação. Novas experiências e técnicas são de preocupação constante do homem (ABELIN, 1989).

A Orientação Educacional ocupa-se do ser humano em todos os seus níveis, numa determinada época da vida e num determinado meio, devendo responder aos objetivos atuais da educação em relação à formação de um aluno consciente de seu papel no mundo

Sob a óptica de Santos (1980), a Orientação Educacional se estabelece tal qual um conjunto de princípios e estratégias que considera a pessoa a orientar (no caso do ambiente escolar, o aluno) em sua personalidade integral, levando em conta as informações, em diferentes áreas, sobre o indivíduo ou grupo de pessoas que se quer auxiliar.

Também como grande referência ao termo e função da Orientação Educacional:

A Orientação Educacional (OE) é um processo organizado e permanente que existe na escola. Ela busca a formação integral dos educandos (este processo é apreciado em todos seus aspectos, tido como capaz de aperfeiçoamento e realização), através de conhecimentos científicos e métodos técnicos. A Orientação Educacional é um sistema em que se dá através da relação de ajuda entre Orientador, aluno e demais segmentos da escola; resultado de uma relação entre pessoas, realizada de maneira organizada que acaba por despertar no educando oportunidades para amadurecer, fazer escolhas, se auto conhecer e assumir responsabilidades (MARTINS, 1984, p. 97).

Este objetiva, de forma mais ampla, divulgar a importância do papel do Orientador Educacional dentro da escola, oportunizando que todos sejam beneficiados com um trabalho de extrema necessidade nos dias atuais. Já nos objetivos específicos buscou apresentar o papel do orientador, suas habilidades e seu papel na mediação de conflitos.

Para a realização deste estudo a metodologia se estabelece mediante a realização de pesquisa bibliográfica, onde utilizou-se as principais bases de dados e bancos de dissertações e teses disponíveis, bem como o auxílio de diversas fontes, como livros, internet, etc. Dessa maneira o alicerce teórico desse é concebido da seleção de obras de autores renomados, que possuem notoriedade em sua área, em consonância com o foco nesse abordado.

Segundo Gil (2002), uma pesquisa pode ser classificada quanto aos seus procedimentos técnicos em pesquisa bibliográfica se ela for desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Não

sendo aconselhável que textos retirados da Internet constituam o arcabouço teórico do trabalho monográfico.

A escolha do tema se justifica diante da necessidade contemporânea de se ter um orientador educacional nas escolas, onde o mesmo exerce várias funções importantes. No processo educacional, a orientação é um serviço integrante da vida da escola. Ela atua em todos os momentos para promover o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, configurando a Orientação Educacional como um mecanismo de suporte pedagógico e o Orientador Educacional como um profissional de apoio às atividades coletivas desenvolvidas na escola e que vão além da prática curricular desenvolvida em sala de aula pelos professores.

Orientar significa guiar, nortear, encaminhar, examinar os vários aspectos de uma questão. Em um sentido estrito no qual se emprega a expressão, pode-se usá-la seguida de um qualificativo tal como orientação educacional, orientação profissional, entre outros.

Historicidade

Segundo Pimenta (1991), a orientação educacional se originou aproximadamente em 1930, a partir da orientação profissional que se fazia no Brasil. Diante das constantes mudanças no cenário da Educação um dado de grande relevância foi a implantação da Orientação podendo ser detectada na década de 1930, com o movimento dos educadores através do “Manifesto dos Pioneiros” de 1932, no qual os educadores reagiram a falta de interesse político pela educação. No Brasil, a orientação educacional foi de grande importância para a sociedade brasileira com as mudanças na década de 1940, a qual incluía a ajuda aos adolescentes em suas escolhas profissionais. Do ponto de vista institucional a trajetória da Orientação Educacional tem seu início pela área da Orientação Vocacional, sendo todo seu trabalho voltado para a escolha de uma profissão.

A primeira menção da função de orientador nas escolas estaduais se deu pelo Decreto n. 17.698, de 1947 que se refere as Escolas Técnicas e Industriais. Pimenta (1991) menciona que até 1958 São Paulo contava com cinco faculdades que ministravam o curso superior de Orientação Educacional.

O primeiro curso de Orientação Educacional foi criado pela Pontifca Universidade Católica de Campinas, em 1945. Em 1958, o MEC regulamentou provisoriamente o exercício da função e o registro de Orientador Educacional, pela Portaria nº 105, de março de 1958, tendo ela permanecido provisória até 1961. A LDB 4.024/61 entrou em vigor para regulamentar a formação do Orientador Educacional. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, a Orientação volta a ter lugar de pertencimento legal na Educação Brasileira, com a inclusão de um capítulo, dedicado a fomentar regimentos

sobre a formação de orientadores educacionais para os cursos primário e secundário.

Em 1968, através da Lei 5.564/68, que regulamenta o exercício da profissão do Orientador Educacional, passou a contribuir para o “desenvolvimento integral da personalidade do aluno”, reforçando a questão da ideologia das aptidões naturais. Com o Parecer 292/69 foi extinta as diferenças entre bacharelado e licenciatura em Pedagogia e foram instituídas as habilitações educacionais, entre elas a Orientação Educacional, dessa forma, a posição mais pedagógica do que psicológica.

No Parecer 632/69 à Orientação Educacional no contexto social e político teve uma nova função: “guiar os jovens e sua formação moral, cívica e religiosa”; outra função é “estimular o sentido de vida comunitária, favorecendo melhor o relacionamento dos jovens com a família, a escola e a comunidade”. Surge então a obrigação da Orientação com a comunidade. A partir desse Parecer surgiu a exigência de se realizar estágio com o mínimo de três anos de magistério e a prática docente para o desenvolvimento do trabalho de Orientação Educacional.

Nas concepções tradicionais, caracterizadas como liberais, a Orientação Educacional tinha o papel de ajustar o aluno à escola, à família e à sociedade, levando em consideração um modelo de homem, de sociedade, de escola e até de Orientação.

Na pedagogia tradicional, o orientador tinha a responsabilidade de aplicar testes e instrumentos de medida. Já na pedagogia renovada o orientador tinha o papel de consultor, identificando as mudanças no desenvolvimento do aluno através de atividades de estímulo. Nas concepções progressistas, a orientação trabalha em conformidade com realidade social do aluno, diante as contradições e conflitos, fazendo a mediação entre indivíduo e sociedade. O indivíduo é construído no processo histórico e social da vida humana.

Segundo Grinspun (2006, p. 55), “o orientador educacional dialetiza as relações e vê o aluno como um ser real, concreto e histórico”. Dessa forma, ele assume uma postura política, percebendo que a educação faz parte de um contexto socioeconômico-político-cultural e que o aluno é o principal sujeito desse contexto onde, o mesmo está inserido em uma determinada sociedade. Por isso, o Orientador Educacional é um profissional de grande importância na escola, pois, ele vai articular/orientar e clarificar as contradições e confrontos, e nesse meio, buscar ajudar o aluno a compreender as redes de relações que na sociedade se estabelecem.

Hoje, torna-se necessário que o Orientador Educacional, tenha uma boa formação política-pedagógica, psicológica e cultural, pois o sujeito/aluno hoje, não é o mesmo de ontem.

Educar, hoje, exige mais do que nunca olhar o sujeito/aluno de forma ampla, um considerando-o como ser dotado de criticidade, crenças e valores, e por isso a escola

deve ter um projeto político-pedagógico, onde nele implícito ou explicitamente, deve ser refletido a questão da formação do sujeito. O Orientador deve, portanto, buscar os meios necessários para que a escola cumpra seu papel de educar, mediante ao seu projeto político-pedagógico.

O papel do orientador educacional

Durante o planejamento, o Orientador Educacional deverá ter disponível a legislação específica que ao regulamentar a profissão, delimitou suas atribuições. Trata-se da Lei nº 5564, de 21/12/1968, regulamentada pelo Decreto nº 72.846, de 26 de setembro de 1973. Os artigos 8º e 9º do referido Decreto definem mais especificamente, em âmbito nacional, as atribuições do Orientador Educacional dada à importância de seu conhecimento, estabelecendo em consonância com o artigo 8º:

São atribuições privativas do Orientador Educacional: a. Planejar e coordenar à implantação do Serviço de Orientação Educacional - SOE. É muito importante que na implantação do SOE e no decorrer do seu trabalho, o Orientador Educacional deixe bem claro para a comunidade escolar e local, as respectivas funções e atribuições do Orientador Educacional, assim como a intencionalidade do seu Plano de Ação, objetivando uma melhor compreensão das ações envolvidas ao SOE, fortalecendo assim a identidade do Orientador e a formação de parcerias.

A integração o Plano de Ação do SOE aos Programas e projetos desenvolvidos na escola; as ações do SOE não devem ser vistas na escola de forma reducionista, desvinculada e isolada da dinâmica escolar, mais integrada e contextualizada ao currículo pleno da escola. Todo o projeto político da escola em especial, tem que estar com seus objetivos entrosados. Precisamos nos juntar aos demais profissionais da educação e em especial aos professores, afim de que dentro das nossas especificidades possamos favorecer as relações entre o desenvolvimento e aprendizado.

A coordenação o processo de sondagem de aptidões interesses e habilidades do educando. Esse processo não é tarefa exclusiva do Orientador Educacional, mas é por ele coordenado, é um trabalho de importante relevância, uma vez que viabiliza o diagnóstico geral dos educandos, ressaltando que se entende a sondagem de aptidões como a exploração de características não só quanto às aptidões, mas incluindo também os interesses e características físicas, sociais e emocionais. Esse processo pode ser realizado de forma individual, grupal, por amostragem para tabulação.

Coordenar o processo de informação educacional e profissional. Aqui se faz de grande relevância que o Orientador Educacional colete, pesquise e busque o máximo de informações possíveis sobre o aluno, a comunidade e o mundo do trabalho articulando tais informações de forma contextualizadas. Tendo sempre em vista a autonomia do

educando no processo de escolha.

A sistematização o processo de coleta, registro e intercâmbio de informações necessário ao conhecimento global do educando. É fundamental que o Orientador Educacional tenha todos os registros do desenvolvimento do seu trabalho, assim como os resultados de forma sistemática e continua, e que sejam organizados por série, turno e ano, de cada aluno. Ao passar de um ano para outro é importante que todos esses dados sejam tabulados para arquivo uma vez que o processo de ensino e aprendizagem não é realizado de forma fragmentada e sim continua. A tabulação da coleta de dados é fator importantíssimo no acompanhamento do Orientador Educacional aos alunos uma vez que possibilita a organização e obtenção de dados concretos da realidade escolar.

O ato de sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos encaminhados a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial. Este processo de acompanhamento é responsabilidade coletiva de todos os educadores. Toda a escola deve oferecer um clima propício ao desenvolvimento do aluno como pessoa. Quanto ao Orientador Educacional cabe sistematizar o processo de acompanhamento que é feito por todos.

A promoção atendimento ao professor, ao aluno e a família, individualmente e ou em grupo, aplicando técnicas adequadas; nesse sentido o Orientador Educacional deve ter muito cuidado, de que sua prática seja vista de forma isolada da dinâmica escolar e sua função confundida com a de psicólogo ou aconselhador. Portanto deverá primar pelos trabalhos coletivos e interdisciplinares.

Coordenar o processo de escolha, acompanhamento e orientação de representantes de classe e de professores orientadores de turmas; Durante o processo de escolha, é fundamental que o Orientador realize um trabalho de conscientização sobre as atribuições dos representantes de turmas e do professor Orientador, registrando todo o processo e formalizando-o. Vale ressaltar que o acompanhamento deverá ser realizado durante todo o ano letivo, a fim de subsidiar a atuação dos mesmos assim como verificar se a respectiva atuação corresponde ao perfil pré-estabelecido.

Supervisionar os órgãos e entidades estudantis existentes na escola; emitir pareceres sobre matéria concernente à Orientação Educacional: No conselho de classe, na supervisão de estágio de Orientação Educacional, na relação professor x aluno, na avaliação da conduta do aluno.

Supervisionar estágios na área de Orientação Educacional, além das atribuições privativas arroladas e comentadas, o Decreto 72.846 define atribuições que devem ser compartilhadas com outros profissionais. Assim temos no artigo 9º - Compete ainda ao Orientador Educacional:

Participar no processo de identificação das características básicas da comunidade;

esse trabalho poderá ser feito mediante instrumentos de diagnóstico onde investigue a realidade social, econômica e cultural, por amostragem abarcando no mínimo 10% da comunidade.

Participar no processo de caracterização da clientela escolar; é de suma importância diagnosticar a realidade dos educandos para atingir o sucesso da dinâmica educacional. Nesse sentido é relevante o levantamento dos dados socioeconômico afetivo e sociais dos alunos que poderá ser feito através de aplicação de questionários por amostragem e posteriormente tabulados. Esse documento certamente converterá em um instrumento importantíssimo para o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem.

Participar no processo de elaboração do currículo pleno da escola; nos dias atuais é inadmissível desenvolvermos uma prática de Orientação no contexto escolar isolada e fragmentada. O Orientador só terá sua credibilidade conquistada, quando sua prática estiver em plena consonância com o currículo pleno da escola por esta razão é fundamental que participe efetivamente da elaboração do mesmo, ou seja, do seu Projeto Político Pedagógico, assegurando desta forma uma proposta humanizada, que contemple o educando na sua totalidade. É preciso que a comunidade escolar compreenda que as atividades desenvolvidas pelo Orientador são importantes e fundamentais para a sua formação, quanto qualquer outra atividade desenvolvida pela escola, e esta compreensão só será internalizada, quando a comunidade perceber que tudo que o Orientador desenvolve estar integrada a proposta curricular, fazendo parte de um processo avaliativo, sistemático e contínuo.

Participar na composição e caracterização e acompanhamento de turmas e grupos; participar do processo de avaliação e recuperação dos alunos. Como o desenvolvimento educacional acontece de forma sistemática e contínua, toda a equipe pedagógica deverá estar atenta ao máximo de informações possíveis a cada educando; objetivando intervir em suas dificuldades de forma integral; o Orientador Educacional deverá repassar informações, importante e não sigilosas para equipe pedagógica e professores com o propósito de que os critérios avaliativos sejam os mais justos possíveis respaldados na realidade de cada aluno.

Participar do processo e acompanhamento dos alunos estagiários; g. Participar no processo integração escolar/família/comunidade. A integração família/comunidade/escola é uma responsabilidade de todos, só através de um currículo integrado e coeso dividindo responsabilidades em prol de um só objetivo que a escola efetivamente alcançará êxito.

De nada adianta buscar a parceria escola x família, sem antes preparará o currículo da escola, assim como toda a sua dinâmica escolar para esta integração.

O orientador educacional como mediador de conflitos

É notório que o processo de ensino e aprendizagem, que antes acontecia somente na escola, sofre influência de seu entorno. Portanto, conhecer a realidade da escola e, principalmente, aquela em que os alunos estão inseridos é fundamental para o sucesso do aluno e, conseqüentemente, cumprir-se-á a função do Orientador Educacional.

Aprendemos nas relações do dia a dia, na interação com as outras pessoas e com o objeto de nosso estudo (FREIRE, 2015). Uma das atribuições do Orientador é mediar a relação aluno-professor, que necessita ir além de um apaziguador de conflitos, aquele que aponta culpados e defende inocentes, mas caminhar para o planejamento, coordenação, avaliação e assessoramento de tais relações.

Mira (2017), em sua dissertação de mestrado, reflete que “educar somente para o trabalho, para o cumprimento de metas quantitativamente mensuráveis, para a boa posição nos rankings das avaliações externas não é suficiente para garantir a formação de pessoas humanas” (MIRA, 2017, p. 20). Em consonância com registros de diário de campo, é perceptível que são ações e posturas de docentes que corroboram as palavras de Mira (2017).

Há muitos profissionais que demonstram, por meio de suas posturas e ações pedagógicas, a preocupação em garantir condições e conhecimentos aos alunos que lhes garantam um futuro compatível com o que a sociedade exige para o trabalho. Porém, fazer essencial enxergar além do resultado quantitativo de um aluno, é importante acompanhar seu caminho, quais os fatores que estão impedindo-o de alcançar a aprendizagem efetiva.

Somos diferentes e carregamos bagagens culturais heterogêneas, portanto, como insistir em empreender o mesmo futuro a todos? Mantoan (2011) descreve a visão que muitos pais e professores fazem da qualidade na educação:

Vigora ainda a visão conservadora de que as escolas de qualidade são as que enchem as cabeças dos alunos com datas, fórmulas, conceitos justapostos, fragmentados. A qualidade desse ensino resulta do primado e da supervalorização do conteúdo acadêmico em todos os seus níveis. Persiste a ideia de que as escolas consideradas de qualidade são as que centram a aprendizagem no racional, no aspecto cognitivo do desenvolvimento, e que avaliam os alunos quantificando respostas-padrão. Seus métodos e práticas preconizam a exposição oral, a repetição, a memorização, os treinamentos, o livresco, a negação do valor do erro. São aquelas escolas que estão sempre preparando o aluno para o futuro: seja este a próxima série a ser cursada, o nível de escolaridade posterior, o exame vestibular (MANTOAN, 2011, p. 60).

É neste ponto que o Orientador, tendo a mediação entre professor e aluno como seu principal papel, deve se fazer perceber com a articulação, com o engajamento necessário entre o real e o desejado, com a contribuição para a organização, dinamização e o sucesso do processo educativo. Não pode ser ouvinte passivo das queixas dos

professores, nem apontador dos conflitos familiares como causadores do insucesso na educação.

A ação do Orientador Educacional precisa resgatar a capacidade dos professores enxergarem além do aluno-número, mas sim fazê-los observar que recorrentes fracassos de um aluno não o caracterizam como um incapaz. O Orientador pode promover um clima sócio afetivo com trabalhos voluntários, práticas solidárias que transformam os envolvidos, mostrando-lhes a possibilidade de construir uma vida produtiva em prol do outro.

A educação de qualidade para todos envolve não apenas a excelência no ensino de habilidades para desenvolver a tarefa de educar com sucesso na diversidade, mas a excelência na organização de serviços de apoio à diversidade, instalados nas escolas, com base em recursos humanos existentes, além de outros setores, como saúde.

O orientador educacional em exercício de sua função

Segundo Lück (2011, p.7), “A administração da escola, a supervisão escolar e a orientação educacional se constituem em três áreas de atuação decisivas no processo educativo”. A autora afirma que estes cargos são de suma importância, por terem influência em todas as áreas da escola, pois estabelecem as formas do trabalho educacional, as prioridades de ação e atuação, entre outros aspectos importantes para a educação.

A comunidade escolar está interligada em suas funções e uma depende da outra para que se obtenha um desenvolvimento completo. Portanto, os cargos de diretor, supervisor e orientador educacional são cargos decisivos para a educação.

Conforme Lück (2011) o diretor ocupa posição central na escola, pois seu trabalho influencia todo o ambiente escolar. Ele deve organizar as unidades que compõem a escola, ter controle financeiro, deve coordenar e orientar todos aqueles que assumem responsabilidades no campo escolar, estimular a inovação do processo educacional entre outras atribuições do cargo.

É do diretor da escola a responsabilidade máxima quanto a consecução eficaz da política educacional do sistema e desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais, organizando, dinamizando e coordenando todos os esforços nesse sentido, e controlando todos os recursos para tal (LÜCK, 2011, p. 16).

Lück (2011) se refere ao supervisor educacional, citando que sua função é a de somar esforços na escola, com o papel de assistência e coordenação dos professores, visando a melhoria dos materiais de instrução, dos métodos, técnicas e procedimentos de ensino, dos programas curriculares, do processo de avaliação e recuperação do aluno, dos objetivos educacionais e desempenho do professor.

Mais importante do que a melhoria em infraestrutura e materiais, é a qualidade do ensino em sala de aula, pois, mesmo com os equipamentos mais modernos em uma escola, se não houver um professor capacitado de nada adianta. Lück (2011), afirma que a função do supervisor é de suma importância, para que ocorra essa qualidade no ensino contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem.

Lück (2011) também descreve a orientação educacional, apontando que a sua ação envolve toda a comunidade escolar, com enfoque tanto para o grupo como para os indivíduos. Segundo a autora, o orientador assume a função de dar assistência ao professor, aos pais e as pessoas da escola com os quais o educando mantém contatos significativos, com a intenção de contribuir, para que possam compreender as necessidades do educando, em seus aspectos cognitivos, psicomotores, afetivos e sociais.

Para isso deve realizar ações de orientação e aconselhamento com atendimento individual ou coletivo. Pensando na qualidade de relacionamento entre professor/aluno, aluno/família, o orientador pode contribuir para todas essas relações dentro da escola, pensando no aluno como sujeito do processo-educacional e todas as suas relações.

Segundo Grinspun (2001, p 14), “chegou-se a dizer, principalmente na década de 70, que os especialistas de educação estavam com as suas atividades interferindo no próprio trabalho do professor, isto é, eles é que detinham o “poder” dentro da escola.” Um cargo criado para auxiliar o desenvolvimento do aluno e para identificar os problemas e soluções do contexto educacional e social causava desunião dentro da escola.

Tipificou-se a Orientação, sacrificou-se a sua existência, culpando-a até por ser uma especialização dentro da escola que “sabia mais que o professor”. De um lado o que pensava do outro o que fazia, a Orientação contribuía, portanto, para a divisão social do trabalho (GRINSPUN, 2001, p. 14)

Apesar dessa crítica aos especialistas da educação, Grinspun (2001) destaca que naquele contexto a orientação também se tornava conveniente no momento em que ninguém queria assumir a responsabilidade dos problemas, confrontos e conflitos dentro da escola, sendo satisfatória a todos. Dessa forma “havia uma predominância nas exigências ao cumprimento das tarefas de Orientação em vez de percebê-la como parceira do projeto político-pedagógico desenvolvido na escola” (p. 14-15).

Grinspun (2003, p. 73) esclarece ainda que posteriormente a orientação educacional “deslocou-se dos alunos-problemas para todos os problemas dos alunos/ da escola e refletindo, analisando interferindo sobre esses problemas”. O orientador “deve trabalhar, com o aluno, na sua totalidade, desenvolvendo o sentido da singularidade, da autonomia, da dimensão da solidariedade, no verdadeiro significado do humano”

Segundo Pascoal (2005; 2006), o orientador como membro do corpo gestor da escola, deve participar da construção coletiva de caminhos para a criação de condições

facilitadoras para o bom desenvolvimento do trabalho pedagógico. Grinspun (2010, p. 113) explica que o orientador deve estar envolvido nas decisões e escolhas tomadas pela direção, tendo a obrigação de participar da organização das turmas, dos horários de aula, intervalo e recreação, assim como da distribuição dos professores, e de toda prática que organiza a infraestrutura da escola.

O mesmo deve colaborar e valorizar todos os funcionários da escola seja eles inspetores, merendeiros, jardineiros, porteiros entre outros. “O orientador deve procurar, trabalhar a autoestima, a identidade profissional, e suas atribuições para o funcionamento da escola.”

Giancaglia e Penteado (2009, p.13) descrevem que “o orientador educacional deve respeitar o campo específico dos demais especialistas, assim como fazer com que estes ajam com respeito em relação ao dele.” Lembrando que o diálogo, a troca de ideias, a cooperação e o auxílio mútuo deve ser constante e de acordo com os princípios éticos.

Essas autoras descrevem que não há diferença hierárquica entre orientador, supervisor, porém para que não haja conflitos, é necessário que ambos entrem em acordo e delimitem suas áreas de atuação. A melhor forma de trabalho é definirem seus campos de atuação e ambos se respeitarem, para que assim possam trabalhar coletivamente em parceria, pois desta forma a escola e os alunos terão muito a ganhar. As autoras ainda afirmam que quando não há supervisor, as funções que deveriam ser exercidas pelo mesmo, devem ser exercidas pelo orientador.

Segundo Pascoal (2006), na falta do profissional orientador nas escolas, alguém deve assumir esta função e isso causa um acúmulo de funções. “Normalmente esse profissional é o coordenador pedagógico que, além de cumprir a sua função junto aos professores, associa a ela a função do orientador, resultando numa inadequação das duas.” Então o coordenador pedagógico é o profissional que, na falta do orientador e do supervisor, assume estas duas funções, desenvolvendo seu trabalho em relação aos professores, alunos e a tudo que está a cargo destes profissionais.

lavelberg (2011), explica que quando a escola possui ambos os cargos, de orientador e de supervisor, o trabalho pode fluir mais, pois o primeiro, geralmente, fica responsável por cuidar das questões relativas aos alunos e suas famílias, e o segundo, da formação dos professores.

A ética na orientação educacional

Giancaglia e Penteado (2009, p.11) relatam que “o trabalho do Orientador Educacional se reveste de grande importância, complexidade e responsabilidade e, para que seja realizado a contento, exige-se muito desse profissional”. Diante disto a Federação Nacional dos Orientadores Educacionais a FENOE, redigiu o “Código de Ética

dos Orientadores Educacional” publicada no Diário Oficial de 05/03/1979.

Neste código encontra-se de forma íntegra como deve ser a atuação do orientador em relação as suas responsabilidades gerais, suas relações com outros profissionais, seu trabalho científico e às disposições gerais da função. Por se tratar de uma função que exige extrema lealdade e descrição com a atuação, as autoras citadas destacam que o orientador educacional deve ter sempre presente este código de ética que norteia sua atuação.

Na área do aconselhamento é importante que o orientador tenha presente o significado de que “aconselhar é assistir a pessoa, levando-a a refletir sobre determinada situação, problema ou dificuldade; sobre as implicações e conseqüências de diferentes alternativas disponíveis” (GIANCAGLIA, PENTEADO, 2009 p. 13) Nestas situações de aconselhamento, o orientador deve compreender que as famílias e a comunidade dos aconselhados possuem seus próprios valores e não só transmitem como também fazem com que seus valores atuem como normas orientadoras de conduta aos seus membros. E não cabe ao orientador levar o aconselhado a confrontar-se com os valores da família.

Giancaglia e Penteado (2009, p.12) explicam que a interação do orientador educacional com o orientando se caracteriza por uma relação de orientação e confiança na qual o aluno pode expor fatos e situações de cunho pessoal e familiar, e por se tratar de informações sigilosas não devem ser alvo de comentários sob quaisquer circunstâncias. Esse cuidado é fundamental para que seja estabelecida uma relação de orientação e confiança.

As autoras ainda reforçam que até mesmo em situações que os professores necessitam de informações sobre os alunos, é preferível que o orientador faça um resumo com base nos dados que dispõe fornecendo ao professor na medida em que julgar conveniente, buscando evitar que o professor tenha um pré-conceito em relação ao aluno.

Giancaglia e Penteado (2009) levantam estratégias que devem ser usadas na atuação do orientador educacional, estratégias essas que podem ser usadas de forma preventiva contribuindo para evitar problemas que envolvem a comunidade escolar, como exemplo, a realização de palestras, e as estratégias também podem ser usadas de forma remediativa que servem para remediar ou tentar sanar os problemas que estão acontecendo. É importante que se dê preferência às estratégias preventivas e só recorrer às remediativas se necessário. Entre as estratégias comumente utilizadas pelos orientadores educacionais, destacam-se as palestras, as reuniões e as entrevistas.

As palestras são recursos de grande valia que pode ser usado tanto na escola quanto na comunidade, destinando-se a todos, como também a determinados segmentos como alunos, pais, professores. No entanto, para que esta estratégia seja

eficiente é importante que haja um tema amplo e de interesse geral, a linguagem deve ser adequada à plateia, informando-a sobre as razões do tema. Sua duração não deve ser muito longa, deve-se pensar em um tempo para proposições de perguntas, afim de sanar dúvidas e coletar sugestões.

As entrevistas geralmente de caráter remediativo são empregadas na orientação individual. Estas devem ser agendadas e é necessário que a pessoa seja informada sobre o tempo de duração das mesmas. As entrevistas devem ser conduzidas de modo que se obtenham resultados satisfatórios.

“Na condução da entrevista, deve-se ter uma postura adequada e somente fazer intervenções verbais oportunas” (GIANCAGLIA; PENTEADO, 2009, p. 38). É importante que se ouça atentamente o que o aluno, os pais ou responsáveis falarem durante as entrevistas, observando entonação, comportamento não verbal incluindo gestos, expressão facial, mudanças de posição. É preciso que o orientador não se restrinja apenas a ouvir, mas também a análise o comportamento do entrevistado.

Giancaglia e Penteado (2009) afirmam que em relação ao campo de atuação do orientador educacional, este deve conduzir sua atuação com cautela, diplomacia e habilidade, tendo definição de suas atribuições e um bom plano para que sejam estabelecidos seus limites de atuação.

Princípios éticos e técnicas da orientação educacional

A função do Orientador Educacional vai além de um cargo de confiança da equipe diretiva ou integrante burocrático da Gestão Escolar. Sua atuação implica em ser autêntico, ter visão, ser líder, pois precisa envolver a todos no trabalho. Fazer de suas ações um exemplo, dar a mesma importância para professores e alunos, motivar para que todos os envolvidos acreditem em seu próprio valor pessoal.

É de extrema importância que o Orientador Educacional administre suas próprias ações, respeite as diferenças, pesquise, analise todos os lados de uma situação, converse, ceda, ouça e, acima de tudo, aceite opiniões divergentes. A coragem de agir com a razão e a liderança para as situações mais adversas do cotidiano serão suas aliadas, dessa forma a escola se construirá em um ambiente envolvente de aprendizagem que promove o crescimento do sujeito educativo.

Cada vez mais cresce a consciência de que a preparação que as formações continuadas proporcionam é essencial para o educador. O Orientador precisa estar em constante pesquisa de novas formas de desempenhar seu papel com excelência em prol da educação efetiva e humana.

A observação do papel do orientador é de suma importância para a escola por

caber a ele contribuir para a busca de soluções que contribuam com o processo de ensino-aprendizagem; por ter seu foco voltado ao educando pensando-o como um ser em desenvolvimento que precisa ser compreendido levando em consideração todas as suas relações e seu contexto social; por buscar trazer ao dia-a-dia do aluno assuntos que são relevantes aos mesmos visando a ampliação do conhecimento destes; por ser a “ponte” que liga a família e a escola, procurando alternativas que tragam os familiares dos educandos a comunidade escolar, pensando no desenvolvimento completo do educando tendo o apoio familiar; por ser uma peça importante no trabalho escolar contribuindo efetivamente para a construção do Projeto Político Pedagógico – PPP; por buscar conhecer as famílias e a comunidade na qual o aluno está inserido; por trabalhar efetivamente pensando na qualidade do processo ensino-aprendizagem, juntamente com o professor, visando o desenvolvimento do aluno, este desenvolvimento.

Referências

- ABELIN, L. T. **Orientação Educacional: novas dimensões para pais e professores.** Petrópolis: Vozes, 1989.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Brasília: MEC/SEF, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 5.692/71 de 11 de agosto de 1971.** Brasília: MEC/SEF, 1971.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 4.024/61 de 20 de dezembro de 1961.** Brasília: MEC/SEF, 1971.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação – CFE - **Parecer 292/69 de 11 de abril de 1969.** Brasília, 1969.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação – CFE - **Parecer 632/69 de 30 de setembro de 1969.** Brasília, 1969.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 5.564/68 de 21 de dezembro de 1968.** Brasília: MEC/SEF, 1968.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação – CFE - **Decreto lei nº 17.698 de 26 de dezembro de 1947.** Brasília, 1947.
- PIMENTA, Selma Garrido. **O Pedagogo na Escola Pública.** São Paulo: Loyola, 1991.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIANCAGLIA, Lia Renata Angeline; PENTEADO, Wilma Millan Alves. **Orientação Educacional na Prática: Princípios, técnicas e instrumentos.** 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

GRINSPUN, Mirian. **A Orientação educacional - Conflito de paradigmas e alternativas para a escola.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin (Org.). **A Prática dos Orientadores Educacionais.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IABELBERG, Catarina. Orientação educacional potencializa a formação docente. **Gestão escolar – Revista Nova Escola**, 14. ed. Junho/Julho. Título original: Cumplicidade formativa. Disponível em:<<http://revistaescola.abril.com.br/gestaoescolar/orientacao-educacionalpotencializa-formacao-docente-636831.shtml>>. Acesso em: 05 de Setembro de 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas.** 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARTINS, José do Prado. **Princípios e métodos da orientação educacional.** 2 ed. São Paulo; Atlas, 1984.

MIRA, Ane Patrícia Viana José de. **Princípios para a gestão escolar humanizadora a partir da perspectiva do Humanismo em Paulo Freire.** (Dissertação de Mestrado). 140 f. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade La Salle. UNILASALLE. Canoas (RS), 2017.

LÜCK, Heloísa. **Ação integrada: Administração, supervisão e orientação educacional.** 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PASCOAL, Miriam. O Orientador Educacional no Brasil: uma discussão crítica. **Póiesis**, Catalão, GO, v.3, n. 3 e 4, p. 114-125, 2005/2006.

PASCOAL, Miriam; HONORATO, Eliane Costa; ALBUQUERQUE, Fabiana Aparecida de. O Orientador Educacional no Brasil. **Educ. rev.** n.47, Belo Horizonte, Jun. 2008.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Pedagogo na Escola Pública.** São Paulo: Loyola, 1991.

ROSA, Maria Lúcia Fonseca da. **A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NA GESTÃO ESCOLAR.** 2018. 38 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Gestão Educacional, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em:

https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/14157/TCCE_GE_EaD_2018_ROSA_MARIA.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 10 dez. 2022.

Recebido: 10.12.2022
Aprovado: 27.04.2023
Publicado: 26.06.2023